

A HISTÓRIA E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM GUINÉ BISSAU

Paulo Jorge Morreira Pereira¹

Lucilene Rezende Alcanfor²

Resumo

O presente artigo tem como tema a História de Educação e a Política de Educação Infantil em Guiné-Bissau, considerando que a muitos anos o país vem enfrentando muitas dificuldades no setor da educação principalmente na educação infantil. Mediante as dificuldades de acesso da população urbana ao ensino infantil, bem como por parte de algumas comunidades que vivem nas regiões rurais e mais isoladas do país, ao longo dos anos a educação tem sido tema de diversas ações mundiais, principalmente no que tange à educação infantil, como as que foram realizadas em Jomtien nos anos de 1990, e em Dakar 2000, que estabeleceram as metas da educação para todos e para cada sociedade. Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo compreender o papel do Estado na promoção do direito à Educação Infantil na Guiné Bissau, na qual buscou-se analisar a legislação da educação infantil na Guiné-Bissau, compreender a estruturação de seu sistema de ensino e da política de educação para a nação guineense. O trabalho aborda historicamente como era o ensino e aprendizagem nos tempos da colonização, analisa os marcos legais a partir de vários documentos que serviram de fontes para esse estudo, a saber: Suplemento ao Boletim Oficial da República de Guiné-Bissau (GUINÉ-BISSAU, 2011); Carta da Política do Sector Educativo (GUINÉ-BISSAU, s/d); Direcção do Serviço do Pré-escolar e Primeira Infância (GUINÉ-BISSAU, 2018); Seminário para Recolha de Subsídios para a Política Nacional para o Pré-escolar (GUINÉ-BISSAU, 2018); Programa- Educação para as Crianças de idade Pré-escolar (GUINÉ-BISSAU, s/d). De acordo com análise desses documentos levando em conta os planejamentos as ações os encontros nacionais e internacionais percebe-se que o estado nos últimos anos começou a pensar na melhoria da educação infantil.

PALAVRAS- CHAVE: política educacional ; educação infantil; Guiné Bissau.

¹ Discente do curso da Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB.

² Orientadora Doutora em Educação pela Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP
Data de submissão e aprovação: 16/04/2021.

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África, com uma extensão territorial de 36125 km², limitada ao norte pela fronteira com a república do Senegal, e a leste e sul pelas fronteiras com a república de Guiné-Conakri, abrindo-se pela costa ocidental do continente ao oceano atlântico. O interior é caracterizado por regiões mais quentes, sendo a parte leste a zona de planaltos e montanhosas nas partes fronteiriças com a república de Guiné-Conakri, apresentando um clima quente e úmido. Sua população é estimada em pouco mais de um milhão e meio de habitantes em 2014 (1.514.451)².

Como muitos países africanos, Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos no setor da educação principalmente na educação infantil, relacionada com as pressões da população e relativo ao ambiente macroeconômico com recursos internos limitados.

Diante desses desafios, me despertou a curiosidade de pesquisar sobre a política de educação infantil em Guiné-Bissau.

Em 2018 no final de ano, mês de novembro fui para Guiné Bissau com intuito de fazer a minha pesquisa do meu trabalho de conclusão de curso da Pedagogia, as pesquisas era para ser feita em duas maneiras a primeira é as entrevistas com as pessoas apropriadas, ou seja, as pessoas que ocupam os cargos chaves e estão na altura de responder as minhas perguntas e a segunda é fazer o levantamento bibliográfico dos documentos necessário relacionado a educação no país sempre com o foco na educação infantil.

Durante a minha pesquisa em Guiné-Bissau enfrentei vários problemas e barragens no ministério da educação para começar uma delas é a greve dos professores, o ministério da educação no momento encontrava-se ocupado pelos estudantes os funcionários teriam que deixar o ministério da educação porque não podiam trabalhar os estudantes não deixavam isso, refletiu muito nas minhas coletas de dados tive que andar porta a porta para coletar as informações mesmo assim não dava o tempo de concluir tudo, as entrevistas não foram realizadas só fiz levantamento de alguns documentos, o meu trabalho passa a ser estudo Documental.

Antes de adentrar ao fundo nos detalhes dos documentos primeiro fui atrás do documento que mostra se na verdade a pequena infância em Guiné-Bissau é de inteira responsabilidade do Estado como entidade máxima, e quais são os direitos e seus

² Plano Nacional de Ação Educação para todos (GUINÉ-BISSAU, 2003).

princípios, depois elaborei series de perguntas entreguei para aquelas pessoas que eu consegui encontrar, a fim de poder facilitar na coleta de dados da minha pesquisa.

A pesquisa tem como o foco central compreender o papel do Estado na promoção do direito à Educação Infantil em Guiné Bissau e como objetivos específicos analisar a legislação da educação infantil em Guiné, tecendo paralelos com as diretrizes internacionais. Procuo também compreender a estruturação do sistema de ensino e da política de educação.

A metodologia adotada neste trabalho foi a pesquisa documental, para tanto nos baseamos em marcos legais e documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Educação de Guiné-Bissau, a saber: Suplemento ao Boletim Oficial da República de Guiné-Bissau (GUINÉ-BISSAU, 2011); Carta da Política do Sector Educativo (GUINÉ-BISSAU, s/d), Direção do Serviço do Pré-escolar e Primeira Infância (GUINÉ-BISSAU, 2018); Seminário para Recolha de Subsídios para a Política Nacional para o Pré-escolar (GUINÉ-BISSAU, 2018); Programa- Educação para as Crianças de idade Pré-escolar (GUINÉ-BISSAU, s/d).

O presente trabalho se dividiu em três partes: na primeira parte abordamos alguns aspectos da história da educação infantil de Guiné-Bissau; na segunda parte analisamos os marcos legais para a educação infantil em Guiné-Bissau; por fim, na terceira e última parte, abordamos as políticas para a educação infantil em Guiné-Bissau.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM GUINÉ BISSAU

Muito antes da dominação colonial na Guiné-Bissau não havia instituição escolar como existe hoje, a educação baseava em aqueles que tinham os conhecimentos e normas de comportamento em qualquer sociedade.

A ausência das instituições escolares na sociedade guineense tradicional não significava a inexistência de ensino-aprendizagem, porque se tratava de uma cultura oral, que foi sobreposta pela cultura escrita europeia. Segundo Brandão (1985) ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola de modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender para ensinar, para aprender-e-ensinar. Portanto, não há uma forma única nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde a educação acontece e que talvez não seja o melhor, o ensino

escolar não é a única prática e o professor profissional não é o único praticante. (BRANDÃO, 1985)

A independência da Guiné Bissau foi proclamado em Madina do Boé, no sul do país, em 24 de setembro de 1973, pela assembleia nacional popular. Antes da independência o modo de vida era fundado basicamente na agricultura, no pastoril, na pesca e na caça, também envolvia atividades artesanais, como a confecção dos instrumentos rudimentares (catana, flecha, lança, potes, etc), então o conhecimento e ensino era passado dos mais velhos com a experiência para os mais novos.

Toda essa história foi interrompida com a ocupação portuguesa, de 1471 a 1973, com a implantação em todo o território da Guiné-Bissau e por todo o continente africano, a partir da dominação colonial e da exploração voltada para as metrópoles. As condições internas e a busca de novas relações sociais de produção foram alteradas perante a violência colonial. Segundo Cá (2000), nessa época não havia pessoas que ensinassem um ensino formalizado.

Com relação à educação, não havia pessoas que ensinassem na sociedade africana tradicional, um ensino formalizado como na sociedade ocidental, nem lugar privilegiado para a transmissão do conhecimento. A forma de educar baseava-se no exemplo do comportamento e do trabalho de cada aprendiz. Cada adulto era, de certa forma, um professor. A educação não se separava em campo e especialização de atividades humanas. Ninguém se educava apenas por um determinado período, aprendia-se com a vida e com os conhecimentos ao longo do tempo. Esta educação espontânea e diária possibilitava, assim, uma aprendizagem direta da realidade social. (CÁ, 2000, p. 03)

Percebe-se que, mesmo não tendo a educação formalizada na sociedade tradicional guineense, tinha uma forma de educar que se baseava no comportamento e no trabalho de cada aprendiz, ou seja, cada pessoa aprende com a vida e o conhecimento no seu dia a dia. Em outras palavras, antes da dominação colonial, na sociedade africana tradicional, não havia instituição escolar tal como existe hoje, então a educação consistia na aquisição de certos conhecimentos e normas de comportamento como em qualquer sociedade.

Segundo Cá (2000), a ausência das instituições escolares na sociedade africana tradicional não significava a inexistência de ensino aprendizagem, pois se tratava de uma cultura oral, que veio a ser sobreposta pela cultura escrita europeia.

Com a introdução do ensino formal posto pelos colonialistas portugueses em 1471, as escolas que funcionavam na Guiné Bissau com o modelo europeu eram

instituições fechadas em si mesmas, longe da vida comunitária e social das populações indígenas. Para ilustrar, segundo Sanhá (2014), os conteúdos de ensino na época traduziam a mais aberrante forma de colonização cultural, os programas escolares eram, obrigatoriamente, iguais aos da ‘‘metrópole’’ e toda a transmissão de conhecimento visava mostrar a realidade portuguesa, os currículos, manuais escolares e materiais didáticos-pedagógicos falavam somente de Portugal.

As crianças eram apresentadas a um mundo estranho diferente do mundo deles, com o qual eles tinham de se identificar. Essas crianças que entravam na escola não sabiam falar português, no entanto, esta era a língua não só obrigatória, mas também era a única permitida (SANHÁ, 2014).

Passando alguns tempos durante a luta, algumas zonas ocupadas pelos invasores portugueses foram sendo libertadas pelo Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), que teve um papel fundamental na luta de libertação do povo, portanto, na expulsão dos invasores.

Ao libertar as zonas ocupadas pelos portugueses, o movimento da libertação criou escolas nessas zonas e estabeleceram um ensino alternativo, o qual se opunha à educação do invasor. Desde o início da luta, as crianças reuniram-se em torno de um representante do partido para aprenderem como fugir dos aviões portugueses. Segundo Cá (2000), o ensinamento de como fugir dos aviões portugueses e o reconhecimento da presença dos invasores eram as primeiras lições que as crianças aprendiam nas escolas, mesmo que a maioria dos integrantes do movimento fosse iletrado.

De acordo com Sanhá (2014), a Guiné-Bissau durante a ocupação colonial até a independência, sempre viveu com dois modelos diferentes de ensino. O ensino voltado à população revolucionária conhecido pelo ensino nas regiões libertadas pelo PAIGC, que abrangia dois terços de território nacional e que tinha como objetivo a formação do homem novo, e outro da responsabilidade do Estado Colonial. Este último fora reservado a população branca e a minoria da população negra que era considerada assimilada.

O sistema educativo implementado pelo Partido Libertador nas zonas libertadas procurava retornar o que era muito importante na experiência da sociedade tradicional guineense. Por exemplo, a informalidade educativa ou tudo o que era ensinado oralmente era valorizado e, utilizando desta metodologia, a educação nas zonas libertadas obteve resultados importantes, porque conseguiu escolarizar grande número de crianças a partir de 10 anos de idade. Dada a condição de guerra contra os

colonizadores durante as décadas de 60 e 70, era esta a idade com que as crianças iniciavam a instrução primária.

Segundo documento Plano Nacional de Acção Educação para Todos (GUINÉ-BISSAU, 2003), o sistema educativo da Guiné-Bissau conheceu uma evolução desde 1991, o pré-escolar se encontra conservado na área urbana, ou seja, a maioria dos jardins, nesta época, se encontrava dentro de Bissau, que é capital. Os números de crianças inscritos só aumentaram a significativamente a partir de 1999/2000, quando atingiu 4.159 crianças.

Segundo documento Banco Mundial, Política Docente na Guiné-Bissau (2009, p. 41), até ao final da década de oitenta, houve apenas 6 Jardins de Infância públicos, todos concentrados em Bissau. Apenas na década de noventa abriram jardins de infância nas outras regiões e emergiu a oferta não pública. Entre 1999 e 2006, o número de estabelecimentos subiu como podemos ver no quadro abaixo.

Quadro1: Estabelecimentos da educação Pré-escolar (2005/2006)

Regiões	Estabelecimentos Pré-escolares				totais	%
	públicos	Privados	comunitários	Madrassas		
Bafatá	-	4	10	-	14	7.7
Biombo	1	4	-	-	5	2.7
Bissau	3	50	2	-	55	30.2
Bolama/ Bijagós	3	2	1	-	6	3.3
Cacheu	7	19	3	1	30	16.5
Gabu	2	2	2	-	6	3.3
Oio	8	1	36	-	45	24.7
Quinara	4	-	1	-	5	2.7
Tombali	5	7	4	-	16	8.8
Nacional	33	89	59	1	182	100
%	18.1%	48.9%	32.4%	0,6	100%	

Fonte: Banco Mundial, Política Docente na Guiné Bissau (2009, p. 41)

Ao analisar o quadro acima verifica-se que a oferta escolar na pequena infância começou a melhorar só a partir de 2000, e majoritariamente de iniciativa privada, que dispõe de praticamente metade dos estabelecimentos, seguido de instituições comunitárias. Deste modo, a educação pré-escolar pública não tem constituído um domínio significativo das políticas públicas da Guiné-Bissau.

Segundo relatório do Programa de cooperação Sul-Sul pelo direito a Educação (2015), um dos documentos levantado na Guiné-Bissau o Gabinete de Estatística e

Planejamento do Sistema Educativo (GIPASE), mostra que a taxa de cobertura de estabelecimentos de ensino no país é de 6,5%, sendo que nas zonas rurais é de 2,5% e nas zonas urbanas (Bissau) de 16%, para crianças com a faixa etária entre os 2 e os 5 anos. Este afirma que

[...] embora a população entre os 3 e 6 anos seja cerca de 245 712, segundo os dados de 2009/10 fornecidos pelo GIPASE, o hábito de frequentar o ensino pré-escolar **ainda não faz parte do quotidiano dos guineenses** ainda que esta tendência esteja a mudar assim como indica o Quadro 2. (GRIFOS NOSSOS)

Quadro 2: Matrícula Inicial no Pré-Escolar por Ano Letivo, Região e Sexo

Região	2009/2010			2010/2011		
	M	F	MF	M	F	MF
SAB	1821	2072	3893	727	819	1546
Bafatá	437	486	923	143	145	288
Biombo	256	212	468	549	589	1138
Bolama/ Bijagós	289	317	606	0	0	0
Cacheu	609	621	1230	1149	1247	2396
Gabu	500	502	1002	179	210	389
Oio	171	173	344	1407	1315	2722
Quinara	0	0	0	327	345	672
Tombali	51	37	88	434	472	906
total	4134	4420	8554	4915	5142	10057

Fonte: Estudo exploratório da situação da educação nos países participantes do PCSS-Lusófonos (2015, p. 54).

Mesmo tendo aumentado o número de estabelecimentos do ensino pré-escolar na Guiné-Bissau, há outro fator fundamental que deve ser levado em consideração, a questão de gênero das crianças atendidas. No quadro acima verifica-se que 9.049 são homens e 9562 são mulheres.

O quadro acima ainda indica a fraca presença das crianças no ensino pré-escolar, mesmo tendo melhorado ano após ano. Verifica-se que ainda não é insuficiente para melhoramento do ensino pré-escolar, pois ainda há regiões com baixo número de crianças nas escolas.

De acordo com o documento Plano Nacional de Ação Educação para Todos, Guiné-Bissau (2003), o Ministério da Educação Nacional (MEN) é uma única estrutura técnica do governo, responsável pela implementação de toda a política nacional da educação a todos os níveis e especialidades do sistema.

Segundo Saviani (2014), o termo sistema é dado impressão de que se trata de algo previamente dado. O que podemos identificar externamente é que o sistema não é um dado natural, mas é sempre uma produção da ação humana, com suas estruturas e características. Segundo Ramos (2021, p. 2), ao analisar a realidade brasileira, a autora afirma que o Estado opta por instituir o Sistema Nacional de Educação Escolar, compreendido como a coordenação de elementos diferentes, visando a um objetivo comum, ou seja, que articule as ações de cada ente federado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) em regime de colaboração com seus sistemas de ensino.

Segundo Saviani, para se ter um sistema educacional³ alguns elementos são necessários: consciência dos problemas, conhecimento da realidade e a formulação de uma teoria educacional (pedagogia) (SAVIANI, 2009). Este último integrará o problema e o conhecimento, dando significado e, por meio da teoria, traçar objetivos e meios para alcançá-los. (RAMOS, 2021).

Então, a partir desta caracterização percebesse que na Guiné-Bissau por parte do Ministério da Educação, existe consciência dos problemas enfrentados, eles têm conhecimento de toda a realidade e como devem agir, só que na maioria das vezes esses planejamentos não são implementado na sua integra, por causa da queda do governo, das greves, fatores que dificultam na implementação do sistema educacional.

Segundo Cá (2000), no ano letivo de 1971/1972, o PAIGC tinha nas zonas libertadas um total de 164 escolas, onde 258 professores ensinavam a 14.531 alunos, logo os melhores alunos eram selecionados para frequentarem os internatos do partido.

Mesmo que a educação tenha sido alvo de diversas ações a nível mundial, quer por parte dos governos nacionais, quer por instituições internacionais, este setor ainda

³ Demerval Saviani define sistema como “[...] unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante”. Sistema Nacional de Educação é o produto intencional da junção de elementos diferentes, pensados para solucionar determinados problemas relativos à educação escolar (RAMOS, 2021).

apresenta desafios de diferentes naturezas. Principalmente no caso da Guiné-Bissau, vale a pena realçar que as dificuldades de acesso ao ensino por parte de algumas comunidades que vivem nas regiões rurais e mais isoladas do país..

De acordo com Sobral (2012), a Guiné-Bissau corresponde a um índice de desenvolvimento humano de 0.353, posicionando-se dessa forma 176º lugar numa lista de 187 países, segundo o último relatório de desenvolvimento humano. Ainda com de acordo com a autora, a **pobreza** na Guiné-Bissau constitui um fenómeno predominante nas zonas rurais, onde vive 60,4% da população segundo o último recenseamento geral da população. (SOBRAL, 2012)

As respostas encontradas pela população afirmam que o Estado não consegue dar conta para a melhoria desse problema na sociedade guineense, o que faz com que a comunidade se encarregue do ensino, ou seja, a comunidade passa a ter uma participação ativa na criação de escolas e o ensino com as escolas comunitárias.

Essas escolas comunitárias servem como complemento das instituições públicas são como o caminho para a população superar parcialmente o problema do analfabetismo e, conseqüentemente da pobreza, promovendo e incentivando a sua participação e a concretização de objetivos comuns.

Segundo Sanhá (2014), na maioria dos casos essas escolas comunitárias são construídas pela comunidade, por vezes contando com apoio de parceiro a sua gestão e administração, formada por até por cinco ou mais elementos da comunidade e com apoio da associação dos pais encarregado de educação (APEE). O salário dos professores é garantido pela mesma, através do pagamentos, às vezes, em dinheiro como também em produtos agrícolas e até animais domésticos que são pagos pelos pais encarregados da educação das crianças.

O problema educacional vem abalando o mundo. Há muito tempo houve um número significativo de analfabetismo no mundo e um considerado número de analfabetismo infantil. Segundo Sobral (2014), houve vários encontros internacionais desde o final de 1948, a citar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas (ONU) que consagra no seu artigo 26º a educação como um direito universal, e as Conferências de Jomtien e Dakar.

A primeira conferência, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia, em 1990, fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas de aprendizagem. O seu objetivo é de satisfazer a necessidade básica da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos. É um marco histórico que compromete em cooperar, no

âmbito da esfera de responsabilidades, tomando todas as medidas necessárias à consecução dos objetivos de educação para todos. Depois dessa conferência, os números de analfabetismo infantil vêm diminuindo aos poucos.

A segunda conferência, que aconteceu em Dakar em abril de 2000, vem reforçando a primeira declaração nos cumprimentos dos objetivos e as metas da educação para todos, para cada cidadão e cada sociedade. Os governos signatários passam a ter a obrigação de assegurar que os objetivos e as metas de educação para todos sejam alcançados e mantidos.

Desta forma, não é só falta de criação das escolas na Guiné-Bissau que atrapalha o desenvolvimento educacional no país. Segundo Sobral (2012), a constante instabilidade política e o consequente não fomento de atividades sustentáveis e geradoras de mudanças estruturais designadamente em setores sociais específicos e cruciais, como é o caso da educação, também são outros aspectos fundamentais na precariedade do sistema educativo no país.

A Guiné Bissau desde a independência passou por muitos conflitos político, greves e entre outras. Para ilustrar, o de 14 de novembro de 1980, conflito militar de 7 de junho de 1998, 13 de outubro de 2003, 1 e 2 de março de 2009, 1 de abril 2010 e 12 de abril 2012, todos esses conflitos e muitos assassinatos prejudicaram muito a sociedade guineense e, principalmente, o setor educativo que teve a destruição das escolas, jardins e tudo mais. É muito importante frisar que a greve no setor educativo é constante e dura muito para terminar.

MARCOS LEGAIS PARA A EDUCAÇÃO IFANTIL EM GUINÉ-BISSAU

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (GUINÉ-BISSAU, 2010) a questão do pré-escolar que é destinada às crianças desde os três anos de idade até a idade de ingresso no ensino básico, define no seu art. 9º o pré-escolar como vertente do sistema educativo que autonomamente antecede a educação escolar, funcionando a título facultativo em complementaridade ou supletividade com o meio familiar. Quanto aos princípios mostra que a iniciativa e a responsabilidade pelo desenvolvimento do sistema educativo cabem a entidades públicas e privadas. Um dos princípios mostra que o ensino público não é confessional, também cabe ao estado, em especial, assegurar a igualdade de oportunidade no acesso e sucesso escolar.

Quanto aos objetivos específicos desse documento, é de extrema importância do estado garantir, em liberdade de consciência, a formação moral e cívica dos educandos, outro ponto é diversificar, desconcentrar e descentralizar as estruturas e atividades educativas, de modo a adaptá-las a realidade do país, quanto a questão de sexo é garantir a ambos os sexos a igualdade de oportunidades.

De acordo com o documento levantado, o Estado há alguns anos vem planejando as suas estratégias para a melhoria no setor educativo em Guiné-Bissau. A Direção Geral do Ensino do Departamento de Educação Pré-Escolar discutiu o Programa de Educação para as Crianças de Idade Pré-escolar. Nesse programa discutiram como trabalhar na pequena infância a questão psicomotora, movimentos, atividades espontâneas, expressão plástica, expressão dramática, iniciação musical, educação moral, trabalhos manuais, também foi discutido a questão da participação dos pais na vida do jardim que mostra a responsabilidade dos pais perante a educação.

Segundo o Boletim Oficial da República de Guiné-Bissau (2011) após os primeiros anos da Independência começou a estratégia de desenvolvimento do ensino aprovada pelo Decreto n.º. 60/88, que estabelece direitos e deveres profissionais, mostra inúmeros problemas que a implementação da carreira docente enfrenta, problemas inerentes a sua própria gênese, dos desgastes institucionais que ocorrem nos serviços públicos e a administração do estado. O governo decide através de Decreto n.º. 60/88, de 30 de dezembro pensar nas reformas e nas qualificar o corpo docente.

O pessoal docente deve possuir as qualificações profissionais adequadas para o exercício de funções de docência ou de ensino, com caráter permanente, sequencial e sistemático, também pode ser a pessoa que é portadora dos requisitos exigidos, nos termos da lei, para o acesso à profissionalização em exercício ou que ele tenha sido legalmente dispensado. Segundo o Boletim Oficial da República de Guiné-Bissau (2011) também foi discutida a questão das modalidades de formação do pessoal docente, do direito à consideração e a colaboração da comunidade educativa, deveres profissionais.

No que tem a ver com a acessibilidade e a implementação da educação, o Decreto de Serviço do Pré-escolar e Primeira Infância (GUINÉ-BISSAU, 2018) traz um breve resumo do seu programa, no qual foi discutido acesso, qualidade, fortalecimento do serviço do ministério ligado a educação pré-escolar, coordenação de subsector pré-escolar através do subgrupo local de educação pré-escolar, reforço de sistema, padrões de desenvolvimento da aprendizagem, aumento de acesso a infraestrutura adequadas ao

pré-escolar de base comunitária juntos as escolas do ensino básico, aumento do acesso dos educadores de infância, dos recursos, definir metas de aprendizagem para o pré-escolar.

De acordo com Decreto de serviço do Pré-escolar e Primeira Infância (GUINÉ-BISSAU, 2018), quanto a equidade no pré-escolar, foram definidos objetivos de atingir 20% de pré-escolar em 2025, que é ainda uma porcentagem absurda, também reduzir as disparidades entre o mundo rural e o urbano.

A melhoria da cobertura do setor público na educação infantil, que atualmente é mínima, de 12% de crianças de 3 a 6 anos (PORTUGAL, 2007), vem sendo promovida pelo Estado mediante a diversificação da oferta pré-escolar em pública, comunitária, privada e escolas madrassas⁴. Deste modo, o esforço do ensino pré-escolar comunitário, criado pelo governo, tem apoiado as comunidades relativamente:

- na criação de apoios aos encargos com os educadores na comunidades mais isoladas;
- no recrutamento de educadores em número suficiente para responder aos serviços/ estruturas pré-escolares;
- na aquisição de bibliotecas infantis para a promoção da leitura precoce e a distribuição de materiais pedagógicos e de estímulo para as estruturas públicas e comunitárias. (GUINÉ-BISSAU, 2018)

Pensando na política educacional, o Estado realizou vários seminários. Um deles foi um seminário para recolha de subsídios para a política nacional para o pré-escolar. Neste, um dos pontos abordados é a Carta Política Educativa (2015) e o Plano Sectorial da Educação (2016-2025) da Guiné-Bissau, que abordou a expansão e melhoria de rede de serviço pré-escolar em particular para crianças desfavorecidas e a análise crítica de situação do pré-escolar na Guiné-Bissau.

O II Encontro Nacional Sobre Educação de Infância (1996) cujo lema foi “coordenar para melhor agir”, tem como os membros Ministério da Educação Nacional (MEN), Centro de Informação e Orientação Legal (CIOJ), Ministério de Saúde Público (MINSAP), Jovens Com Uma Missão (JOCUM), SOS, Organização não governamental, não religiosa e apartidária (PLAN.INT), fizeram o levantamento por uma equipe do Ministério da Educação Nacional das creches existente em Bissau, elaboraram um mapa dos centros infantis e distribuíram o materiais didático nos estabelecimentos de ensino.

⁴ Escola Madrassa - escolas onde além da religião são ensinadas outras competências de conhecimento.

Segundo Sané (2018), no seu texto Os desafios da educação na Guiné-Bissau, mostra uma compreensão do sistema educação em Guiné-Bissau através do modelo educacional de cada época. O autor destacou dois períodos, colonial e pós-colonial, apresentando a questão da inadaptação do ensino colonial no país, que depois da independência veio ocorrer a reforma no setor da educação.

AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL EM GUINÉ-BISSAU

A partir do documento legal, a Lei de Bases do Sistema Educativo (GUINÉ-BISSAU, 2010) contempla as recentes alterações introduzidas no sistema educativo guineense. Conforme o referido documento (capítulo II) o sistema educativo guineense integra educação não formal e formal.

De acordo com Sobral (2012), a educação não formal tem como propósito expandir os conhecimentos, em complemento da formação formal ele abrange a alfabetização de jovens e adultos, ações de aperfeiçoamento profissional, ocupação de tempo livre e educação cívica, ele conta com apoio de diversas ONGs locais e internacionais que integram a comunidade na sua gestão.

Quanto à educação formal em Guiné-Bissau, ela contempla quatro tipos de ensino, são eles: o pré-escolar, o básico, o secundário, e o superior. O nível pré-escolar é o que mais carece da gestão organizacional do Estado, pois este não dá a importância a essa faixa etária.

Segundo estudo exploratório pelo Programa de cooperação Sul-Sul pelo direito à Educação (2015), depois de uma atualização da Lei de Base do Sistema Educativo em 2011, a Guiné-Bissau passa pela primeira vez na sua história a ter um documento oficial que define a missão do sistema educativo, que antes existia alguns documentos programáticos e vários projetos elaborados da altura do partido único.

Nessa atualização da Lei de Base do Sistema Educativo a inclusão do 12º ano entra como principal destaque, também a aproximação do sistema educativo guineense em termos de organização e terminologia do português, para além da passagem das escolas Madrassas para a educação formal. Podemos ver no quadro abaixo que o sistema educativo guineense está organizado da seguinte maneira:

Quadro3: Organização do Sistema Educativo Guineense

	Ensino pré-escolar	Destinado às crianças dos 3 aos 6 anos, quase exclusivamente na capital e nos centros urbanos.	
Ensino formal	Ensino Básico Escolas públicas, privadas, madraças e cooperativas – comunitárias.	1º Ciclo: 1º ao 4º ano	1ª fase: 1º e 2º ano
		2º Ciclo: 3ª fase – 5º e 6º ano. Professor único auxiliado em áreas especializadas, como educação artística e educação física.	2ª fase: 3º e 4º ano
		3º Ciclo: 4ª fase – 7º, 8º e 9º ano.	
	Ensino secundário Via geral e técnico-profissional	10º, 11º e 12º anos	
	Ensino superior Público e privado	Está previsto o grau de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento.	
Ensino não formal	Alfabetização e educação de base de jovens e adultos	Ações de reconversão e aperfeiçoamento profissional, tendo em vista o acompanhamento da evolução tecnológica	
	Educação dirigida para a ocupação criativa dos tempos livres	Educação cívica	

Fonte: Estudo exploratório da situação da educação nos países participantes do PCSS Lusófonos, 2015. p. 42)

A lei de base do sistema educativo guineense foi atualizada para que pudesse ser incluído algumas coisas, na altura aumentaram mais uma etapa de ensino e reestruturaram o sistema de ensino. Segundo Sobral (2012), para além de sua cariz facultativo, é o fato de a grande maioria dos estabelecimentos desse nível se encontrar sob gestão dos pais encarregados de educação, das comunidades, das organizações religiosas e não governamentais, ele carece dos equipamentos e de educadores devidamente formados para o desempenho das funções que lhes competem.

O Estado tem oferta limitada para a faixa do ensino pré-escolar, que de certa forma, pode ser seletivo, de acordo com Sobral:

Nos últimos anos desde 2010/2011 até então houve um aumento dos números de inscrições neste nível de ensino, as razões para esse aumento poderão estar relacionadas com o avanço da consciencialização por parte das famílias da importância deste nível de ensino para preparação para preparação dos níveis subsequentes, o aumento da vontade de uma camada social mais jovem fornecer aos seus filhos uma educação de qualidade e o fato de existirem agora mais famílias em que ambos os progenitores estão empregados e que necessitam de um local para colocar os seus filhos durante o período de trabalho (SOBRAL, 2012, p.12).

Percebesse que com o aumento das inscrições os últimos anos para o ensino pré-escolar tem sido um ponto positivo para diminuir o altíssimo número de analfabetismo infantil, mesmo que haja degradação das infraestruturas - as construções continuam precárias, a falta de programa adequados e oficial, materiais insuficientes, a falta de

formação e preparação dos educadores, e não envolvimento dos pais na educação escolar dos filhos, continuam sendo como fraqueza no sistema educativo e é muito importante ter a presença dos pais no ensino das crianças. Destaca-se também a inserção dos pais no mercado de trabalho e o aumento da demanda de vagas como consequência na mudança do perfil da ocupação destes, bem como na conscientização da importância do desenvolvimento infantil.

Segundo relatório do Programa de cooperação Sul-Sul pelo direito a Educação (2015), os dados lançados pelo Gabinete de Estatística e Planejamento do Sistema Educativo (GIPASE), 2009 a 2010, revelam um aumento, ainda que tênue do número de alunos, sendo a taxa de crescimento nesse período é de 6,65% de efetivos (alunos aptos a serem matriculados), sendo mais significativa no pré-escolar e no ensino secundário. Como podemos ver no quadro abaixo.

Quadro 4: Resumo da evolução de efetivos por ciclo

Nível	Nº turmas		Nº alunos		Nº salas		Rácio aluno/turm		Rácio aluno/sala		Taxa cresc
	2009/ 2010	2010/ 2011	2009/ 2010	2010/ 2011	2009/ 2010	2010/ 2011	2009/ 2010	2010/ 2011	2009/ 2010	2010/ 2011	
Pré-escolar	274	307	8554	10057	233	272	31,2	32,8	36,7	37,0	17,57
1º ciclo EB	7184	7632	22199	233790	3695	4007	30,9	30,6	60,1	58,3	5,31
2º ciclo EB	1562	1679	55148	58312	1090	1237	35,3	34,7	50,6	47,1	5,74
3º ciclo EB	1452	1576	58865	61041	738	878	40,5	38,7	79,8	69,5	3,70
Ensino Secundário	514	652	19059	24593	399	480	37,1	37,7	47,8	51,2	29,04

Fonte: Estudo exploratório da situação da educação nos países participantes do PCSS Lusófonos (2015, p. 43)

Segundo relatório final de pesquisa intitulada “Práticas educativas, lúdicas e interculturais docentes na pré-escola e a prontidão para a alfabetização de crianças brasileiras, indígenas, afro-brasileiras e africanas no Brasil e em Cabo Verde” (FREITAS e RAMOS, 2020), “a educação das crianças incumbe primeiro aos pais, isto

porque como foram os autores da vida, a eles também compete a formação e é dever da família da sociedade e do Estado assegurar à criança ao adolescente e ao jovem com absoluta prioridade”.

Vale a pena lembrar que o Sistema Nacional de Ensino se encontra, desde a independência e até 1986, sob a exclusiva responsabilidade do Estado. Posteriormente o governo do PAIGC (1986), concedeu a liberdade no mercado, incluindo o setor da educação como mercadoria de compra e venda. Esta liberdade no mercado fez com que surgisse as escolas privadas e a sua proliferação em meio urbano.

Tudo isso se deu, em parte, pelo aumento da procura por parte das famílias por uma alternativa de ensino que não era fornecida pelas escolas públicas. A procura por parte dos professores por um salário mais elevado graças a sua própria criação e gestão de escolas privadas, mesmo assim não contribuiu na melhoria do ensino de qualidade do ensino guineense, que continuou e continua com graves problemas.

Mesmo com esses aumentos ou criação das escolas, no meio rural o procedimento não foi igual, o número das escolas públicas que deixaram de funcionar é muito elevado tendo em conta a fraca oferta educativa de que disponha, então essa incapacidade de estado de garantir serviços básicos vem da fragilidade das suas instituições, consequência da instabilidade política, econômica e social do país. Essas populações menos favorecidas tentaram **encontrar soluções autônomas para os seus problemas então a escola comunitária** começa a ganhar força nessas zonas, os modelos educacionais gerados nessas zonas corresponde a realidade de cada comunidade e a sua dinâmica sendo estes um dos seus pontos fortes, este tipo de educação ainda apresenta diversos problemas que têm vindo a ser sinalizados e, nalguns casos, solucionados. (SOBRAL, 2012, p.17). (GRIFOS NOSSOS).

Deste modo, as escolas comunitárias advêm do progressivo desaparecimento das escolas públicas. Estas vêm se espalhando no país depois da guerra de 1998/99 e a sua proliferação contou com o forte apoio de diversas ONGs e de várias instituições de cariz religioso.

De acordo com Portugal (2007), apesar de vários esforços feitos ao longo de vários anos após a independência, a Guiné-Bissau não conseguiu definir ainda uma política para esse nível e a visão da pequena infância sempre se limitou a uma educação pré-escolar eminentemente urbana.

Conforme destaca Portugal (2007), os dados da UNESCO, baseados em indicadores do Banco Mundial de 2004, apenas 12% das crianças (com idade compreendida entre os 3 e 6 anos) frequentavam a educação pré-escolar, incluindo

movimentos comunitários de apoio às crianças. A percentagem de crianças em idade escolar que não vão à escola é de 55% e cerca de 77% daqueles que entram para o primeiro ano da escolaridade não terminam a escolaridade básica.

As crianças constituem 47,5% da população, das quais 19,1% têm menos de cinco anos de idade, a Guiné-Bissau tem aproximadamente 467.000 crianças com zero a cinco anos de idade. (MOURA, 2015)

Com vários encontros mundiais, declarações e conferências, a Guiné-Bissau não ficou de fora. Segundo Sanhá (2014), a Guiné-Bissau foi um dos países presentes no primeiro encontro mundial sobre Educação para Todos que aconteceu na Tailândia em 1990, e o estado guineense tem a responsabilidade de seguir com os princípios que foram propostos.

Nota-se que o envolvimento da população conduz, de fato, a que as comunidades se tornem agentes do seu próprio desenvolvimento. A Guiné-Bissau, sendo um país multicultural e multi-étnico, tem a educação da infância numa fase incipiente de desenvolvimento, faltam princípios e fundamentos educativos, orientações curriculares e materiais didáticos, então a comunidade passa a ser um dos melhores agentes de desenvolvimento devido ao conhecimento profundo das suas necessidades (problemas e pontos fortes) e ao sentimento de união e de trabalho em prol de todos.

Segundo Portugal (2007), os centros infantis na Guiné-Bissau estão numa condição pobre e impropriamente equipados com brinquedos educacionais e materiais de apoio e os professores não são adequadamente treinados.

O sistema educativo precisa ser repensado e concordo com Craemer (2019), de que é preciso pensar a infância na garantia do direito à educação da criança, e ela precisa ser reconhecida pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a lenta evolução do sistema educativo de Guiné-Bissau e cada vez mais com muitos problemas que vão prejudicar o sector educacional no país, ainda há muita coisa a ser feito para podermos chegar a certo nível significativo de uma boa qualidade de educação infantil e a criação/invenção de um sistema educacional.

Como podemos perceber ao logo desse estudo, a educação escolar não tem conseguido cumprir o seu papel, mesmo tendo alguns progressos já mencionados. Há

problemas da gestão e da qualidade da infraestrutura, de modernização e de acesso à educação. O sistema educativo guineense precisa ser repensado, quando falo de repensar, falo de um novo modelo de sistema, nova estrutura onde a educação da primeira infância passa a ser prioridade.

A instabilidade política e os constantes problemas militares, estou a me referir aos golpes, assassinatos e greves, entre outros, são problemas cruciais no desenvolvimento do sistema educativo no país. Essa instabilidade política e institucional que o país se encontra prejudicou muito as pessoas que vivem nas áreas rurais, ou seja, a população que vive nessa área se manteve em situação muito difícil. Até recentemente, em 2009, 60% da população do país vive na zona rural e não tinha acesso a serviços sociais e de infraestrutura básica. Isso mostra a quantidade da população vivendo abaixo da linha da pobreza e sem acesso à escola.

É preciso redobrar o esforço, principalmente, nas áreas rurais onde se encontra maior número de analfabetos e mais precariedade tanto escolar quanto social. É necessário expandir a educação por toda parte do país, aumentar os números das escolas, a oferta de alimentos para as crianças de pré-escolar e as cantinas escolares.

Desde a independência percebe-se que o Estado da Guiné-Bissau, mesmo tendo as dificuldades na melhoria do sistema educativo guineense, houve avanços significativos no setor educativo, desde 2010. Houve também vários encontros internacionais e nacionais onde se discutiu propostas para a melhoria do ensino no país.

De acordo com a direção de serviço do pré-escolar e primeira infância (GUINÉ-BISSAU, 2018), definiu os seus objetivos e atividades de acordo com o Plano do Sector da Educação 2017-2025 (PSE), segundo o qual o governo se propõe a atingir os 20% de pré-escolarização passando dos atuais 13% em 2005, reduzindo as disparidades entre os meios, rural e o urbano.

Segundo a Direção de serviço do Pré-escolar e Primeira Infância (DSPEPI), já há um programa pronto para o melhoramento da pequena infância onde o programa de educação pré-escolar visa assegurar que todas as crianças em todas as regiões tenham acesso a serviços de educação de qualidade, inclusivos e abrangentes.

Referências Bibliográficas

CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). **Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins**, Campinas, SP, v.2, n.1, out. 2000.

BANCO MUNDIAL. **Política docente na Guiné-Bissau**, out. 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Estudo exploratório da situação da educação nos países participantes do PCSS-Lusófonos. Relatório de Guiné-Bissau. Dezembro de 2015. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/relatorio_guinebissau_diagramado_7_agosto2016.pdf.

FREITAS, Tiago Moraes; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. **Práticas educativas, lúdicas e interculturais docentes na pré-escola e a prontidão para a alfabetização de crianças brasileiras, indígenas, afro-brasileiras e africanas no Brasil e em Cabo Verde**. Relatório final do bolsista - Edital PROPPG 01/2019, BICT/FUNCAP - UNILAB, 2020.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional. **Plano Nacional de Acção - Educação para todos**. Fev. 2003.

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. 2010.

GUINÉ-BISSAU. **Suplemento ao Boletim Oficial da República de Guiné-Bissau**. Guiné-Bissau, nº 13, 29 de mar. 2011.

GUINÉ-BISSAU. **Carta da Política do Sector Educativo**. s/d.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação, Ensino Superior, Juventude, Cultura e Desporto. Direção Geral de Ensino. **Direcção do Serviço do Pré-escolar e Primeira Infância**. Guiné-Bissau, 2018.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação, Ensino Superior, Juventude, Cultura e Desporto. Direção Geral de Ensino. **Seminário para Recolha de Subsídios para a Política Nacional para o Pré-escolar**. Bissau, 14 e 15 de novembro. 2018.

GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional. Direção Geral de Ensino. Departamento de Educação Pré-Escolar. **Programa- Educação para as Crianças de idade Pré-escolar**. s/d.

PORTUGAL, Gabriela; AVELEIRA, Ana Paula. Melhorando a educação de infância na Guiné-Bissau: numa dinâmica de formação, supervisão e avaliação. **Contrapontos** - volume 7 - n. 2 - p. 407-423 - Itajaí, mai/ago 2007.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO SUL-SUL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO ENTRE PAÍSES LUSÓFONOS (PCSS-LUSÓFONOS) - FASE 2. **Estudo exploratório da situação da educação nos países participantes do PCSS-Lusófonos.** Relatório de Guiné-Bissau, dez. 2015.

RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. Regime de colaboração e garantia do direito ao ensino médio. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/JeannetteFPRamos-ComunicacaoOral-int.pdf>.

SANHÁ, Cirilo. **Do ensino público ao ensino de iniciativa comunitária** (análise do desenvolvimento e impacto das Escolas Comunitárias na Guiné-Bissau e as intervenções ONGs FEC & PLAN). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANÉ, Samba. Os desafios da educação na Guiné-Bissau. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 27, n.1, p. 55-77, jan/jun 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2018v27n1.39717>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/39717>.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significados, controvérsias e perspectivas.** Campinas: Autores Associados. 2014.

SOBRAL, Raquel Rodrigues. **As escolas comunitárias na Guiné-Bissau e a cooperação portuguesa para o desenvolvimento.** Dissertação (mestrado), Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem** Jomtien, 1990. 1998.